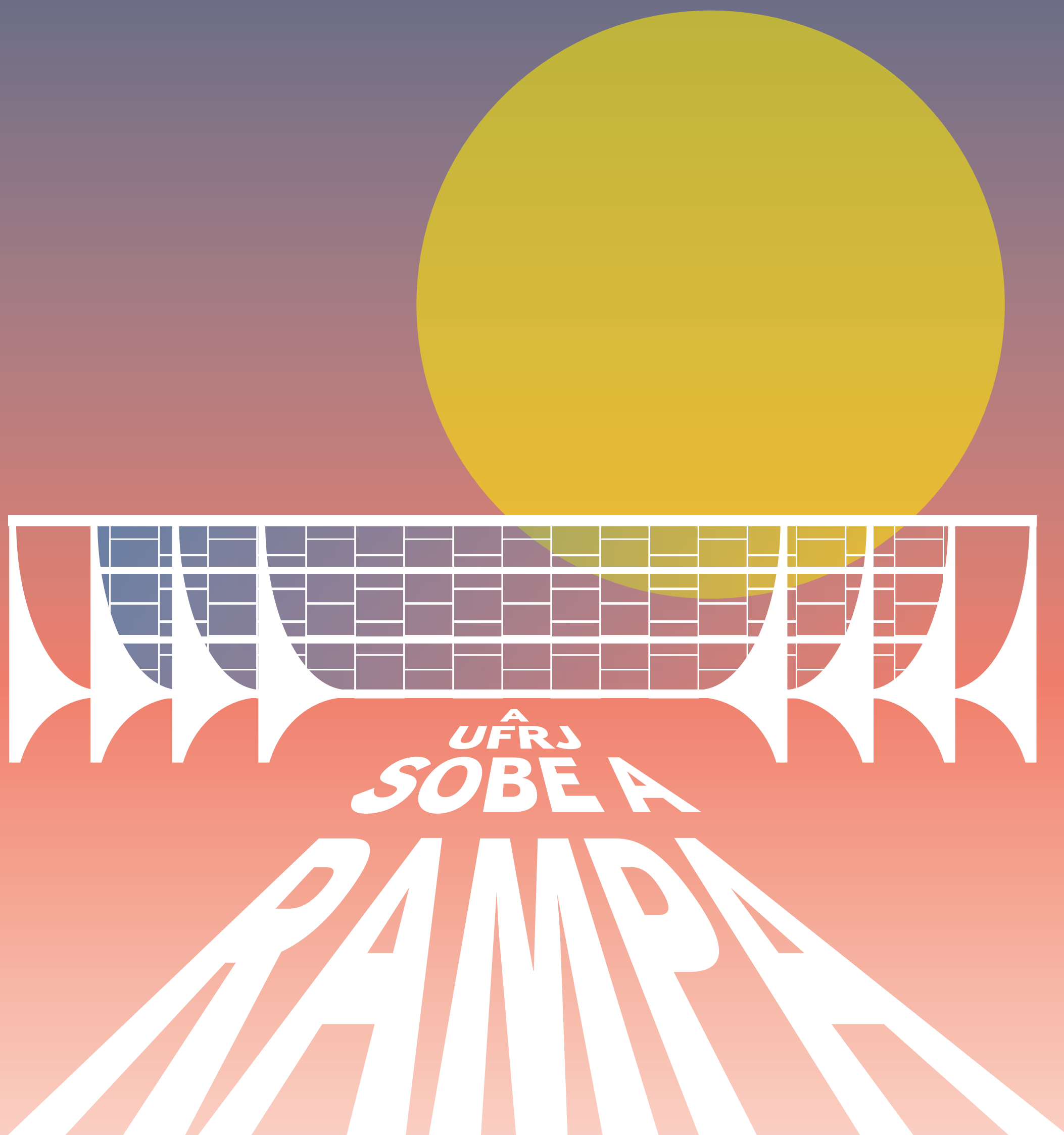




CONSUNI APROVA MEDIDA QUE PREJUDICA PROFESSORES

Páginas 2 e 3



> Cinco professores da UFRJ e um doutorando participam da equipe da transição do governo Lula. O engajamento da universidade é multidisciplinar e retrata a potência da comunidade acadêmica. Há representantes na área da Cultura, do Orçamento e Gestão, da Justiça, da Energia e da Ciência e Tecnologia. Na última sexta-feira, a equipe de transição desembarcou no Fundão para ouvir professores, estudantes e técnicos sobre os problemas e demandas dos pesquisadores. **Páginas 2 e 4**

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Que novembro, coleg@s. Terminamos a semana sacudindo a poeira da surrada camisa amarela e nos enchendo de orgulho pela seleção do jovem Richarlison, o talentoso jogador que combina o balé das chuteiras com o lado certo da História. Apelidado de Pombo, esse garoto que nasceu pobre no Espírito Santo e conquistou a admiração do Brasil para muito além das arquibancadas, defendeu a vacina durante a pandemia e doou recursos para a ciência. A acrobacia geométrica de seu gol, o L feito durante a campanha presidencial, a defesa sistemática do meio ambiente, a condenação à homofobia, fazem de Richarlison o bom exemplo de que novos tempos virão. Em Brasília, a temporada também é de esperança com os primeiros esboços do governo Lula.

Na AdUFRJ, estamos orgulhosos com a intensa participação da UFRJ na equipe de transição. Já são cinco docentes e um doutorando no time que prepara os primeiros passos da gestão Lula. O prestígio da Universidade Federal do Rio de Janeiro é tão robusto que, na última sexta-feira, a equipe de transição desembarcou no campus do Fundão e fez uma reunião com toda a comunidade acadêmica para debater demandas da ciência, tecnologia e inovação. A vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, entregou para a equipe um estudo do Observatório do Conhecimento mostrando os efeitos dramáticos dos cortes em C&T nos últimos cinco anos.

ADUFRJ ESCLARECE DOCENTES SOBRE NOVOS PLANOS DE SAÚDE

A AdUFRJ criou um plantão para esclarecer os sindicalizados sobre os novos planos de saúde oferecidos pela universidade. Todas as terças-feiras, no período entre 13h30 e 17h, o corretor Luiz Alberto Rodrigues recebe os professores em uma sala do sindicato para tirar dúvidas sobre preços, portabilidade e possibilidade de adesão de dependentes. É preciso fazer o agendamento pelo WhatsApp (21) 99358-2477.

"O nosso papel é o de auxiliar os professores", afirma a professora Karine Verdoorn, diretora da AdUFRJ. "A nossa pauta é pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), mas a gente também precisa olhar para as necessidades reais dos professores", completa. A negociação entre reitoria e Qualicorp contou com a decisiva atuação do sindicato, conforme noticiado na edição nº 1.246 do Jornal da AdUFRJ.

Desde o início do atendimento, dia 8, a agenda tem ficado lotada. "Normalmente, quem nos procura é quem já tem plano de saúde. A prin-



cipal dúvida tem sido em relação a essa troca de planos", diz Luiz Alberto. Segundo o corretor, um diferencial da Qualicorp é a inclusão de dependentes solteiros de até 35 anos. Mas, além dessa vantagem, a redução de custos tem sido significativa. "Analisando os casos que recebemos, a economia pode ser de 10% a 50%, o que vai depender do plano obtido. Os preços são mais baixos porque o contrato é específico para os servidores públicos", explica.

A escolha do plano varia de acordo com a necessidade do sindicalizado. "Os fatores

As perspectivas de mudanças são alvissareiras em Brasília, porém preocupantes na UFRJ. Na última quinta-feira, o Conselho Universitário aprovou uma medida que prejudica a carreira docente e contraria anos de luta da AdUFRJ. Entendemos que a resolução modificada viola as decisões de vários tribunais do país. Já ingressamos com um pedido de revogação na secretaria do Consuni.

O sindicato tem combatido todas as tentativas de supressão de direitos dos docentes na carreira, que se tornaram mais frequentes desde o governo de Michel Temer.

Mais recentemente, no dia 31 de outubro, uma assembleia da AdUFRJ autorizou a direção a ingressar na Justiça com duas ações coletivas: em defesa dos direitos das progressões de carreira e pela garantia do pagamento dos adicionais de insalubridade. Está marcada uma reunião com os interessados para a próxima sexta, dia 2, às 10h. O local será divulgado nas redes sociais do sindicato.

Além das reuniões, estamos atuando na área jurídica. Em conformidade com a orientação da diretoria, o setor de advocacia da AdUFRJ já obteve vitórias em diversas ações jurídicas, fundamentadas a partir de um entendimento da progressão (e de sua retroatividade) que não é condicionado aos requisitos restritivos apresentados na resolução atual (que condiciona a progressão ao pedido do professor no SEI) e radicalizados pela decisão do Consuni (que condiciona a progressão à aprovação da banca).

Ressaltamos que AdUFRJ vai marcar uma audiência com a reitoria para tratar do assunto. Esperamos que a reitoria reveja seu posicionamento diante do cenário de sucessivas perdas sofridas pelos docentes.

Boa Leitura!



ADEUS À PIONEIRA PROFESSORA CELINA BATALHA, DA EDUCAÇÃO FÍSICA

que mais influenciam nessa escolha são a localização e a rede hospitalar", conta Meriane Paula, funcionária da AdUFRJ. "A gente oferta o que se encaixa melhor dentro do orçamento dele", acrescenta. Meriane é a responsável por auxiliar os docentes, junto ao corretor, e faz os atendimentos por telefone ou online. Desde que começaram os plantões, há três semanas, mais de 20 pessoas já procuraram a associação docente para tirar dúvidas. O próximo atendimento presencial acontece na terça, dia 29. (Júlia Fernandes)

A AdUFRJ recebeu com profundo pesar a notícia do falecimento da professora Celina Batalha, aposentada da Escola de Educação Física e Esportes. Discípula de Helenita Sá Earp, que introduziu a dança nos currículos universitários brasileiros, Celina e a colega Maria Ignez Calfa promoveram o I Curso de Especialização em Dança-Educação da UFRJ. O velório e o sepultamento foram realizados quinta-feira (24), no cemitério Ordem Terceira do Carmo, no bairro do Caju. Desejamos força aos familiares e amigos.

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA

Consuni aprova medida que prejudica professores

> Decisão do Conselho Universitário limita efeitos financeiros das promoções e progressões à data de aprovação na comissão avaliadora. Diretoria da AdUFRJ vai recorrer

KELVIN MELO
kelvini@adufrj.org.br

A diretoria da AdUFRJ solicitou à secretaria do Consuni a revogação da regra que prejudica os docentes no desenvolvimento da carreira. Na manhã do dia 24, em sessão remota, o colegiado limitou os efeitos financeiros das promoções e progressões à data da aprovação na comissão avaliadora — desde que não seja anterior ao interstício sob análise. Antes, os efeitos já contavam desde a data do pedido feito por cada professor. "Entendemos que a resolução modificada viola as decisões de vários tribunais do país", afirma o presidente do sindicato, professor João Torres, no documento.

A alteração recebeu 24 votos favoráveis, 12 contrários e oito abstenções. O professor Ricardo Medronho, diretor da AdUFRJ, votou a favor. A posição, no entanto, não reflete o pensamento da diretoria. "Represento os professores eméritos no Consuni e não a AdUFRJ", pondera Medronho.

A AdUFRJ tem combatido todas as tentativas de supressão de direitos dos docentes na carreira, que se tornaram mais frequentes desde o governo de Michel Temer. Na gestão passa-

sa, a professora Eleonora Ziller entrou em confronto aberto com a procuradoria jurídica da UFRJ sobre o tema. "Mais respeito, procurador", cobrou, à época, a ex-presidente. O embate ocupou a manchete do Jornal da AdUFRJ, em outubro de 2019.

Mais recentemente, no dia 31 de outubro, uma assembleia da AdUFRJ autorizou a direção a ingressar na Justiça com duas ações coletivas: em defesa dos direitos das progressões de carreira e pela garantia do pagamento dos adicionais de insalubridade. Será marcada uma reunião com os interessados na próxima sexta, dia 2, às 10h. O local será divulgado nas redes sociais do sindicato.

Além do pedido protocolado na secretaria do Consuni, a AdUFRJ vai marcar uma audiência com a reitoria para tratar do assunto. O presidente do sindicato espera que a reitoria reveja seu posicionamento diante do cenário de sucessivas perdas sofridas pelos docentes.

JURÍDICO DA ADUFRJ

A assessoria jurídica da AdUFRJ acompanha o tema desde sempre e está convencida de que a decisão do Consuni é ilegal. "Houve uma interpretação restritiva da legislação", afirma Ana Luísa Palmisciano.

Por orientação da diretoria da AdUFRJ, Ana Luísa preparou parecer defendendo que



os efeitos da progressão retroajam à data de quando o professor completa os requisitos. "Os requisitos para progredir são: a passagem do tempo e a avaliação necessárias à aprovação. Mas defendemos que não importa a data desta avaliação, que apenas vai reconhecer a produção anterior do docente", informa.

MITIGAÇÃO

Vários docentes também se manifestaram contra a medida no Consuni, mas prevaleceram os argumentos da Comissão de Legislação e Normas do Consuni de que a regra anterior entrava em conflito com o aparato legislativo externo à universidade. "Isso foi reforçado também pela

de bancas nos últimos anos, foi excluída a obrigatoriedade de que todos os integrantes da comissão avaliadora devessem portar o título de doutor há pelo menos dez anos. Agora, passa a ser um critério "preferencial".

Já os processos de Estágio Probatório e de Aceleração da Promoção foram unificados. Além de desburocratizar, a alteração permitirá que os docentes tenham sua situação de estabilidade imediatamente cadastrada no histórico funcional.

ORÇAMENTO ZERADO

"Estamos zerando todo o orçamento disponível", informou o pró-reitor de Finanças, professor Eduardo Raupp ao Consuni do dia 24. A medida foi tomada pela junção de dois fatores: as verbas insuficientes e o anúncio de que o governo fará um novo bloqueio nas receitas dos ministérios. "A administração está toda mobilizada para enfrentar esses 40 dias que faltam para encerrar o ano. Tivemos que priorizar alguns contratos", disse.

Alternativas de novas receitas para fechar algumas contas não dependem apenas da UFRJ. O dirigente deu o exemplo de um projeto de lei que seria destinado ao pagamento dos funcionários extraquadros dos hospitais está paralisado no Congresso. "Ainda não temos os valores garantidos para o mês de dezembro".

Procuradoria da UFRJ que nos assessora", afirmou o professor Fernando Rochinha, relator da matéria.

A resolução modificada traz apenas um dispositivo de mitigação dos prejuízos dos docentes: a unidade terá um prazo máximo de 60 dias, contados a partir da requisição do interessado, para constituir e instalar a comissão de avaliação. Em caso de descumprimento, deverá ser considerada a data do prazo-limite para início da progressão, em caso de aprovação.

BANCAS MENOS RESTRITAS

O colegiado aprovou outra mudança importante para a avaliação docente. Diante das dificuldades para a formação

CONSUNI COMPATIBILIZA CALENDÁRIOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS PARA 2023

O colegiado aprovou o calendário acadêmico para o ano que vem. Houve a compatibilização entre os calendários da graduação e da pós-graduação, praticamente eliminando os efeitos da interrupção causada pela pandemia em 2020. Restam ainda pequenos efeitos nas atividades do internato nos cursos de Medicina. Em relação aos cursos de graduação, há uma unificação do início das atividades dos recém-ingressos na UFRJ no primeiro período, em 13 de março, e no segundo período, em 7 de agosto. Confira como ficou:

GRADUAÇÃO

Primeiro período letivo:

Para os alunos dos cursos de graduação em geral, exceto o curso de Medicina - Macaé, Enfermagem - Macaé e os cursos da Faculdade de Medicina: de 13 de março a 15 de julho;

Para os alunos dos Cursos da Faculdade de Medicina e do Curso de Medicina - Macaé, e do Curso de Enfermagem - Macaé, exceto os alunos dos internatos dos Cursos de Medicina: de 13 de fevereiro a 15 de julho;

exceto os alunos dos internatos dos Cursos de Medicina: de 7 de agosto a 23 de dezembro;

Para os ingressantes pelos Concursos de Acesso aos Cursos de Graduação (todos os cursos): de 7 de agosto a 20 de dezembro.

As atividades para os alunos dos internatos nos Cursos de Medicina na Faculdade de Medicina e no Centro Multidisciplinar de Macaé ocorrem de forma contínua e flexível, de acordo com o período do aluno e conforme organização que permita cumprir as Diretrizes Curriculares correspondentes.

Para os alunos dos Cursos da Faculdade de Medicina: de 7 de agosto a 20 de dezembro;

Para os alunos do Colégio de Aplicação, Sede Lagoa e Sede Fundão:

Primeiro período letivo: de 9 de fevereiro a 14 de julho;

Segundo período letivo: de 1 de agosto a 8 de dezembro.

PÓS-GRADUAÇÃO

Para alunos dos cursos organizados em 2 períodos letivos (regime semestral):

Primeiro período letivo: de 13 de março a 15 de julho.

Segundo período letivo: de 7 de agosto a 20 de dezembro.

Para alunos dos cursos organizados em 4 períodos letivos (regime bimestral):

Primeiro período letivo: de 6 de março a 12 de maio.

Segundo período letivo: de 22 de maio a 14 de julho.

Terceiro período letivo: de 31 de julho a 29 de setembro.

Quarto período letivo: de 9 de outubro a 20 de dezembro.

Para alunos dos cursos organizados em 4 períodos letivos (regime trimestral):

Primeiro período letivo: de 20 de março a 17 de junho.

Segundo período letivo: de 26 de junho a 16 de setembro.

Terceiro período letivo: de 25 de setembro a 20 de dezembro.

Quarto período letivo: de 2 de janeiro de 2024 a 02 de março de 2024.

AVISO SOBRE CONTRACHEQUES

Haverá um desconto maior para a AdUFRJ no próximo contracheque. Não se trata de aumento da contribuição sindical, mas sim o desconto sobre o 13º salário dos filiados, como ocorre todos os anos. Depois, a contribuição volta ao valor normal.

UFRJ FOI CONVOCADA

> Seis nomes da universidade fazem parte da lista do governo eleito para traçar um diagnóstico do país

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A UFRJ sediou, na manhã de sexta (25), um encontro entre o grupo temático de Ciência, Tecnologia e Inovação do gabinete de transição e a comunidade científica. A reunião, além de encher o auditório do CT2, contou com participantes de todo o país, por videoconferência.

Representantes de entidades, associações estudantis e parlamentares puderam compartilhar propostas e preocupações com a comissão. O grupo prepara um relatório preliminar para entregar à coordenação geral do gabinete de transição até 30 de novembro. Mais adiante, em 11 de dezembro, será a vez de um documento mais completo, incluindo a sugestão de atos administrativos que poderão ser revogados nos primeiros dias do governo eleito.

A vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, apresentou o estudo do Observatório do Conhecimento que mostra as perdas orçamentárias do MCTI e do MEC, excluindo a educação básica. “O que está sendo destinado para 2023 corresponde a valores de 2009, corrigidos pela inflação”, disse em referência

à proposta orçamentária do governo Bolsonaro, em tramitação no Congresso Nacional. “Desde 2015, já tivemos R\$ 130 bilhões a menos nestas rubricas”. O Observatório defende a recomposição do orçamento com os valores de 2019, corrigidos pela inflação, no mínimo.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS

Sufocada no governo Bolsonaro, a voz da universidade pública voltou a ser ouvida em Brasília. Nomes da comunidade acadêmica fazem parte de quase todos os 31 grupos temáticos que vão auxiliar o gabinete de transição a traçar um diagnóstico do Brasil nas mais diferentes áreas. E a UFRJ, é claro, não poderia ficar de fora desta seleção. “É um momento decisivo para o país e para a democracia. A democracia está em risco; o próprio país está em risco. Temos que fazer tudo para garantir o êxito do governo que foi eleito”, afirma o professor Luis Fernandes, do Fórum de Ciência e Cultura e integrante do GT de Ciência, Tecnologia e Inovação, ao lado de Ildeu Moreira de Castro, do Instituto de Física e presidente de honra da SBPC. Completam o time os professores Mauricio Tolmasquim (da Coppe, no GT Minas e Energia), as professoras Carol Proner (Direito, no GT Justiça e Segurança Pública), Esther Dweck (Economia, no



MAYRA GOULART, da AdUFRJ, apresentou estudo sobre o Orçamento do Conhecimento

GT Orçamento, Planejamento e Gestão) e o doutorando Kleber Lucas (Programa de Pós-graduação em História Comparada, no GT Cultura).

Todos falam sobre esta convocação a seguir.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

PROFESSOR DO FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA
GT CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Nosso trabalho, em síntese, é reunir informações sobre o funcionamento e a atuação dos órgãos e das entidades que compõem o MCTI, suas agências e unidades vinculadas e identificar os riscos, alertas, ilegalidades, as necessidades de apuração e a eventual revogação de portarias, MPs e legislações a serem consideradas logo no início do governo. Não é um grupo de elaboração programática ou de formulação de políticas de governo. No GT Ciência, Tecnologia e Inovação, estruturamos 14 subgrupos temáticos.

Duas medidas emergenciais estão no nosso foco de atenção: a primeira, a medida provisória que o governo aprovou em relação ao FNDCT para só autorizar a liberação integral do fundo daqui a quatro anos. Ela vai caducar em janeiro, se não for aprovada. Mas isso não resolve o problema de orçamento de 2023. Temos que garantir a inclusão dos recursos para executar a integralidade do fundo do ano que vem. É uma medida que deve ser tomada agora, na discussão do orçamento. Uma segunda medida emergencial importante é o reajuste das bolsas de iniciação científica, de mestrado e doutorado. Estão sem reajuste desde 2013 e a situação está insustentável.

Este é um governo muito importante. É um momento decisivo para o país e para a

democracia. A democracia está em risco; o próprio país está em risco. Temos que fazer tudo para garantir o êxito do governo que foi eleito.

ILDEU MOREIRA

PROFESSOR DO INSTITUTO DE FÍSICA
GT CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Esta semana, o GT se reuniu com o ministério atual. Eu participei remotamente. É obrigação legal de um governo que está saindo passar todas as informações para o outro que entra. Foi um encontro para estabelecer os mecanismos de como fazer isso. Esta praxe está sendo cumprida. Será um trabalho muito difícil. Estamos tendo a cooperação do ministério, mas há questões políticas.

Começaram a tomar iniciativas que poderiam ser conversadas ou que poderiam aguardar o novo governo. Por exemplo, a nomeação do diretor do Museu Goeldi, feita no apagar das luzes. A gente preferiria que, em todas as ações, o governo ouvisse a transição ou não fossem feitas, com exceção de medidas emergenciais. Não faz sentido tomar decisões que vão afetar o próximo governo.

ESTHER DWECK

PROFESSORA DO INSTITUTO DE ECONOMIA
GT PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Temos essa missão de dividir o Ministério da Economia. Por isso, existem os grupos de economia;

de indústria, comércio e serviços; e o de orçamento, planejamento e gestão.

Diferentemente de outros ministérios que são mais finalísticos, que são muito voltados para entrega à população, o nosso (de planejamento, orçamento e gestão) é muito de organização do governo. Ainda não mapeamos essas ações dos primeiros cem dias. Será um trabalho enorme reestruturar o governo. A sensação é que está muito destruído.

A PEC de Transição não é a ideal, na minha visão. Precisamos rever todas as regras fiscais do Brasil, mas é uma tentativa de consenso político no mesmo. Ela abre espaço para garantir o bolsa-família, mas também para recompor o orçamento de alguns ministérios, como o da Educação, que estão destruídos.

O teto de gastos acabou. O governo Bolsonaro já acabou com ele, sem acabar. Está demonstrada a impossibilidade de manter. Agora temos que encaminhar a nova proposta de regra.

MAURICIO TOLMASQUIM

PROFESSOR DA COPPE
GT MINAS E ENERGIA
É uma honra ter recebido o convite. Dar uma contribuição neste processo de transição é uma tarefa bastante importante. Tivemos a primeira reunião, quando fui eleito o coordenador do grupo e indicamos relatores de três áreas: Energia Elétrica; Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e Mineração. O trabalho é diário. Já no dia 30, entregamos um primeiro relatório e, em meados de dezembro, o relatório

final. Depois, a comissão geral vai consolidar num documento único.

O trabalho está muito inicial. Ainda não dá para antecipar nada. Mas a ideia é passar um raio-X no setor: do que ocorreu, se tem alguma medida emergencial que precisa ser tomada e sugerir ações para os primeiros cem dias de governo. Ainda temos que ver os consensos.

A expectativa é que a gente possa dar uma contribuição para que o novo ministro, quando assumir, tenha um diagnóstico da situação atual do ministério, das empresas subordinadas ao ministério, das leis que estão em tramitação. Portanto, permitir que o ministro ganhe tempo. Essa é a missão básica.

CAROL PRONER

PROFESSORA DA FND
GT JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Essa comissão não tem competência para reformas ou reformulações de fôlego. É uma comissão que tem como objetivos, no máximo: remanejamentos, eventuais revogações ou até recomendações — naquilo que for estritamente necessário — para os cem primeiros dias de governo. A decisão final é do presidente e do futuro ministro. No nosso grupo específico, houve a divisão em 17 temas. No tema armas, será anunciada sem nenhuma surpresa a revisão da normativa que facilitou o uso e porte de armas, além da quantidade. Não existe direito adquirido ao fardoste, como diz o coordenador do GT,

senador eleito Flávio Dino. Uso o exemplo da deputada Carla Zambelli, pela própria projeção de uma figura eleita, que dá uma demonstração terrível do que pode acontecer com alguém que utiliza armamento sem cuidado.

A divisão do Ministério da Justiça e Segurança Pública talvez seja discutida, mais para o final do GT. Na minha percepção, deve ser preservado o formato original. Foi alterado no governo Temer e retornou à composição atual pelo então ministro Sergio Moro. Sei que há gente muito séria que defende a separação como uma forma de dar destaque ao tema da prevenção ao crime. É um foco muito relevante. Mas não acho que seja necessário separar segurança pública e justiça para trabalhar com a ideia de cidadania e ações preventivas.

senador eleito Flávio Dino. Uso o exemplo da deputada Carla Zambelli, pela própria projeção de uma figura eleita, que dá uma demonstração terrível do que pode acontecer com alguém que utiliza armamento sem cuidado.

KLEBER LUCAS COSTA

DOUTORANDO E MESTRE EM HISTÓRIA COMPARADA
GT CULTURA
Acredito que o consenso sobre a recriação do Ministério da Cultura existe não só por parte todas as pessoas que compõem o GT, mas também por parte de toda a sociedade brasileira. Sabemos que a reorganização e reestruturação institucional será um trabalho árduo e demorado, mas estamos extremamente dispostos e dispostas a cuidar e a “sara” as feridas que estão sendo deixadas pelo atual governo. Acreditamos que uma sociedade que cuida da sua população, que promove e valoriza a cultura nacional jamais correrá o risco cair no erro e no esquecimento.

Debate do Observatório analisa cenário pós-eleição

> A vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, foi uma das convidadas da mesa que aconteceu na Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, a APUFPR

IGOR VIEIRA
comunica@adufrrj.org.br

O bolsonarismo perdeu força no pleito de outubro. A avaliação é da cientista política Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento. Para a docente, há um menor número de parlamentares ‘outsiders’ identificados com o bolsonarismo, em relação às eleições de 2018. “Bolsonaro foi eleito junto com muitos deputados do PSL com o discurso antipolítico, em 2018. Já hoje, da bancada do PL, apenas 17 parlamentares são novatos. Os outros 82 são políticos experientes” comparou.

A análise foi feita em debate promovido pelo Observatório, no dia 23. O evento aconteceu na sede da Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná, a APUFPR, uma das entidades que compõem o Observatório.

Os deputados eleitos, de acordo com a professora, fortaleceram o centrão, em sua maioria. Fazem parte de uma política “tradicional, local, personalista e fisiológica”. Ainda segundo Mayra, é um setor menos bolsonarista e com quem “Lula sabe operar”.

No Senado, a situação é um pouco diferente: o personalismo se destacou com a eleição de personalidades de extrema-direita como Damascos Alves e

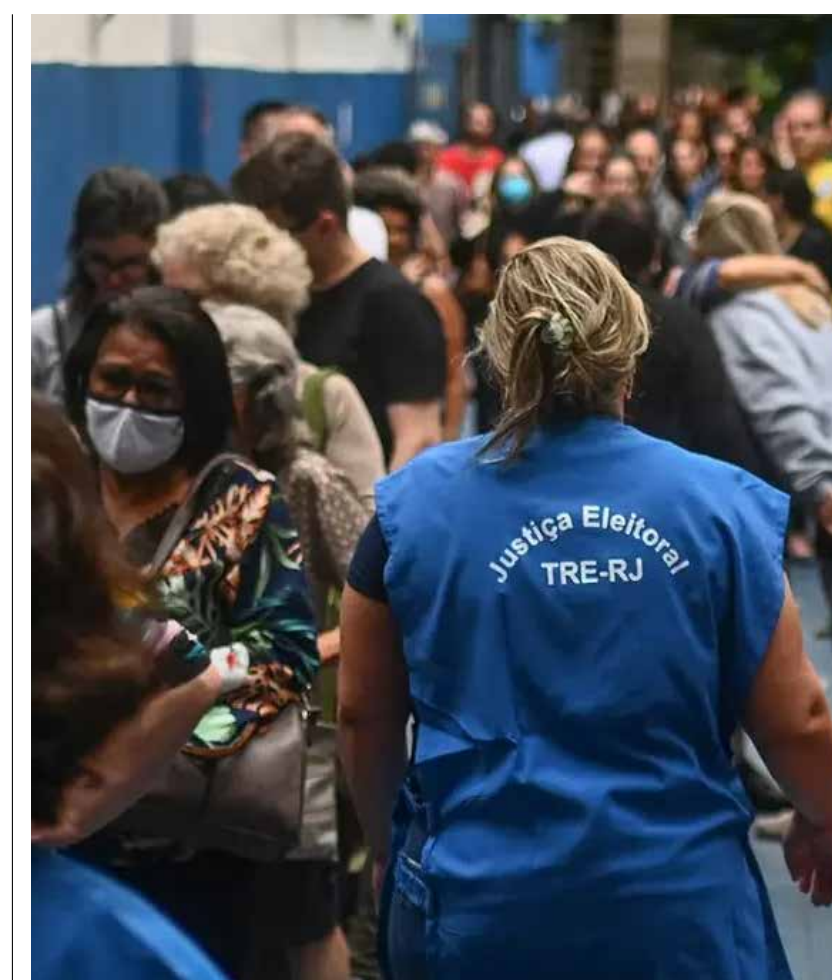
Sérgio Moro.

Para explicar essa vitória, a docente se debruçou sobre os eleitores desses candidatos. “São aqueles em posições hegemônicas e, de alguma forma, contestados por camadas e atores insurgentes, que se atraem pelo discurso punitivista da Lava-Jato e de Bolsonaro”, diz Mayra.

Em relação àqueles que votaram em Lula, a docente acredita que a maior parte dos eleitores é formada por pessoas que estão fora do perfil hegemônico da sociedade. “Quem elegeu Lula foram as pessoas que não se encontram representadas na família patriarcal, não são brancos, héticos, de classe média alta. Entendem que precisam do Estado para se proteger ou se afirmar”.

Bruno Bolognesi, professor em ciência política da UFPR, complementou a análise. “Existe uma racionalidade em quem votou em Lula como alguém que vai manter as políticas públicas, pois eles notam o desmanche dessas áreas”, avaliou. “E o voto é tão racional que as pessoas enxergaram que o auxílio não seria mantido no ano que vem, caso Bolsonaro fosse reeleito”.

O professor do Departamento de Economia da UFPR Marco Cavaliere defendeu que todas as camadas sociais e setores da sociedade brasileira precisam do Estado. Ao contrário do que ditam o senso comum e a retórica neoliberal. “Existe uma parcela da população que precisa do Estado para sua sobrevivência direta, mas todos dependem do Estado”, afirmou. “O agro



Hoje, da bancada do PL, apenas 17 parlamentares são novatos. Os outros 82 são políticos experientes

MAYRA GOULART
Vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento

depende da tecnologia. Aqui nas universidades geramos tecnologia que aumentou muito a produtividade do setor”. Outros exemplos são os investimentos em infraestrutura e em ciência básica e aplicada, que são, normalmente, “de longo prazo”. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foi outro exemplo mencionado pelo professor, uma empresa estatal que fortaleceu o agronegócio no país.

O professor Cavaliere também criticou a política fiscal do atual governo. A proposta de arrocho nos investimentos já era uma pauta pré-eleitoral. “Em 2018,

todos os economistas dos candidatos (à presidência) achavam que devia haver uma flexibilização dos gastos. Apenas Paulo Guedes achava que devia haver mais disciplina”.

TETO DE GASTOS

O teto de gastos foi outro assunto discutido pelos especialistas. “A hegemonia discursiva da disciplina fiscal está cada vez menor, mesmo entre os economistas. Nem o FMI acredita mais nisso”, afirmou Mayra Goulart. A docente avaliou que o orçamento será ainda mais disputado por conta dos gastos fisiológicos do centrão. “Eles continuam no Congresso. Não vão abrir mão do orçamento secreto facilmente”, acredita a professora. “Esse perfil de políticos utiliza o orçamento secreto em suas bases territoriais, de forma fisiológica, como forma de manter seu apoio eleitoral”.

Neste tema, o professor Bruno Bolognesi constatou: “Temos uma Câmara muito comprometida consigo mesma e pouco comprometida com um projeto de país, com a construção de uma nação”, considerou.

O docente seguiu a mesma análise da professora Mayra sobre a redução de representantes do bolsonarismo no legislativo federal. “O bolsonarismo, de fato, sai um pouco de cena, se desidrata, mas não foi embora. É uma tampa aberta que não será fechada tão cedo”, avaliou.

Também participaram do debate os professores Paulo Vieira Neto e Andréa Stingham, presidente e vice-presidente da APUFPR, como mediadores.

NOTA

PESQUISADORES DEBATEM FORÇA DA EXTREMA DIREITA

O IFCS recebeu o debate “Reflexões sobre a Extrema-Direita” no dia 17 de novembro. Participaram os cientistas políticos Guilherme Simões Reis (Unirio), Marcus Ianoni (UFF) e Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora do Laboratório de Eleições, Partidos e Política Comparada (LAPPCOM). A professora comparou os fascismos históricos e o nacionalismo global com a experiência brasileira. “A ideia de Governo Misto no republicanismo antigo e de Governo Constitucional, na modernidade, se constroem como críticas ao extremismo”, afirmou Mayra.



Conselheiros debatem novo centro cultural

>Consuni aprovou demolição do Canecão e concessão de área da Praia Vermelha por 30 anos para espaço artístico. Jornal da AdUFRJ entrevistou representantes favoráveis e contrários à decisão

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Uma semana depois de uma das decisões mais importantes e polêmicas dos últimos tempos na universidade – a aprovação, no Conselho Universitário, do equipamento cultural da Praia Vermelha –, o Jornal da AdUFRJ ouviu conselheiros favoráveis e contrários à medida. Os argumentos são muitos e vão desde a necessidade de a UFRJ devolver à sociedade um espaço de cultura, até a crítica à forma de gestão escolhida para o novo espaço.

Dentre os favoráveis, está a professora Juliany Rodrigues, diretora do campus Duque de Caxias. Ela sustenta que a concessão não se trata de privatização e defende os investimentos



que serão realizados no campus. “A contrapartida, na minha concepção, é histórica. É um volume de investimentos que o próximo governo federal não vai

ter condições de fazer”, afirma. Também a favor da criação da nova casa de cultura, o decano do CT, professor Walter Suemitsu, destaca a dificuldade de ge-

rar um espaço deste porte. “Mesmo que a UFRJ tivesse recursos para fazer o prédio, não teria estrutura para gerir o centro cultural, nem pessoal para atuar

aos sábados, domingos, feriados, à noite”, afirma. “A estrutura de operação de um espaço como esse não é simples e demanda muito pessoal”, completa.

Entre os contrários, o professor Vantuil Pereira, decano do CFCH, critica a falta de informações sobre o impacto de uma casa de espetáculos tão próxima a hospitais. “Não há informações sobre o barulho em dias de show, por exemplo, para esses hospitais e seus pacientes”, analisa.

Representante dos estudantes de graduação, Mariana Frucht defende que havia outras possibilidades para o espaço. “Pautamos um equipamento público construído nos limites do antigo Canecão, que ocupa 5 mil m². Quem vê a forma como o projeto foi tocado não pensa que existia qualquer outra alternativa a ele, o que é falso”, argumenta.

JULIANY RODRIGUES Diretora do campus Duque de Caxias

■ Sou seguramente a favor do projeto. A reitoria atual fez muitas apresentações. Só eu assisti a quatro. A UFRJ tem uma dívida com a sociedade, quando se trata de Canecão. A gente tem, na Praia Vermelha, uma estrutura de concreto que não tem mais nenhuma possibilidade de uso e nem de reforma. É preciso construir algo no lugar. Outro ponto importante que sustenta minha decisão é que concessão não é privatização. Isso é uma falácia. O terreno jamais passará à iniciativa privada e o que for construído pertencerá à universidade. Então, o equipamento cultural é nosso.

WALCY SANTOS Conselheira representante dos Titulares do CCMN

■ Meu voto favorável foi baseado em dois aspectos: o primeiro, é que tínhamos uma promessa de devolver o antigo Canecão para a cidade. O modelo de gestão ideal acredito ser a concessão. A própria UFRJ já trabalha com modelo de concessão (com o Cenpes, por exemplo). Certamente a concessão não é privatização. Tudo continua sendo da UFRJ.

O segundo ponto é que entendendo que a forma escolhida com concessão em troca de melhorias ou construção de novas estruturas é vantajosa pois não dilui o ganho da concessão no nosso próprio orçamento. O

prédio que será construído para uso acadêmico é extremamente necessário para tirar as aulas de contêineres. São investimentos que a universidade não consegue fazer.

Eu acompanhei a última sessão apenas pelo YouTube pois na anterior, quando os estudantes ocuparam o auditório, eu tive uma crise forte de falta de ar. Manifestar a opinião é direito de todos. Faltar ao respeito com quem tem um posicionamento diferente do seu, ofender moralmente e impedir o funcionamento do colegiado não é democrático. Eu estou no Consuni porque fui eleita. Penso no Consuni como nosso órgão legislativo. Que democracia se faz impedindo o legislativo de funcionar?

WALTER SUEMITSU Decano do CT e relator do projeto no Consuni

■ Para a universidade, a contrapartida do restaurante universitário e complexo de salas de aula são fundamentais. São obras das quais a universidade precisa muito e não tem verbas para executar. Outro aspecto é a importância de a universidade devolver para a cidade um espaço de cultura. Essa decisão ajuda a UFRJ a cumprir uma importante função social para o Rio e para o país. A manifestação no Consuni é legítima, todos têm direito de se manifestar. Mas o Conselho Universitário tem mandato, foi eleito. Portanto, é um espaço legítimo e representativo. Quando

se questiona essa legitimidade, todas as nossas decisões entram também num limbo, num risco de serem invalidadas. Esse discurso é perigoso para a própria universidade.

VANTUIL PEREIRA Decano do CFCH

■ O projeto carece de esclarecimentos. Um deles é o impacto ambiental, não só em relação às árvores, mas também em relação ao impacto sobre os hospitais. Outra preocupação é a mobilidade urbana. Como ficará o trânsito na região em dias de shows numa casa que comporta quatro mil pessoas?

Um outro elemento que não foi devidamente debatido é o risco do empreendimento. Se por ventura a UFRJ tiver que pegar a obra no meio do caminho, ou a concessionária desistir do contrato antes do final do prazo, haverá um custo de mais de um milhão de reais anuais para a universidade. Por todos esses pontos, eu proponha, em meu parecer de vistas, que o projeto fosse rejeitado.

Sobre a sessão do dia 17 de novembro, o processo foi mal conduzido. Não sei quantos votaram contrários, quantos se abstiveram. Eu não pude também manifestar minha declaração de voto, porque a sessão terminou antes que eu pudesse demonstrar esse desejo. A tentativa de impedir votação é um expediente da minoria. Agora, a maioria pode atropelar o regimento em nome de uma decisão? É preciso defender e

garantir o processo regimental. Tocar bumbo e gritar é uma forma de expressão. Isso não é ser violento.

ROBERTO GAMBINE Conselheiro representante dos técnico-administrativos

■ Uma questão preliminar à decisão é que a própria reitoria declarou que havia mudanças importantes em relação ao projeto da gestão do reitor Roberto Leher e essas mudanças não foram debatidas a contento, como, por exemplo, a concessão por 30 anos e a gestão privada do espaço. Outra questão é que a Escola de Educação Física reivindica espaços que serão utilizados por projetos de extensão. A escola juntou uma série de documentos, criou um processo. Eu pedi que fosse apensado ao processo principal, mas os documentos foram ignorados.

Outro ponto que merecia que nos debruçássemos com mais cuidado é que a decisão do Conselho de Curadores desafia a área (os 15 mil m²) de seus objetivos finalísticos. Mas o decreto que cede o terreno para a UFRJ condiciona o uso para objetivos finalísticos de ensino, pesquisa e extensão. Meu parecer era no sentido de discutir mais, trazia questões que deveriam ter sido consideradas e não foram. Houve uma condução açodada, atropelada, dessa discussão. Meu pedido de encaminhamento foi desconsiderado. Ele é previsto no regimento do colegiado. O correto era submeter o pedido

ao pleno. Se fosse negado, eu estaria satisfeito, porque teria havido apreciação do pedido. Mas não houve deliberação. Essa não é uma decisão trivial. É uma definição do nosso futuro por pelo menos 30 anos.

MARIANA FRUCHT Representante estudantil, integrante do DCE pela UJC

■ Nossa posição contrária se sustenta no desacordo tanto com a concepção e conformação do projeto, quanto pelo método que a reitoria utilizou para sua elaboração e para tocar o debate. Ceder terreno público por pelo menos 30 anos não é uma solução para a difícil questão orçamentária da UFRJ. Esse é um problema de caráter nacional, por isso pautamos a recomposição orçamentária dos Institutos Federais, o fim do teto de gastos, e não a entrega por três décadas de 15 mil m² de terreno público para o setor privado.

Nossa defesa era de um Equipamento Cultural Multiuso público, de gestão pública. Pautamos um equipamento público construído nos limites do antigo Canecão, que ocupa 5 mil m². Para nós, faltou vontade política de incluir verdadeiramente a comunidade acadêmica nos espaços de discussão e de elaboração. Quem vê a forma como o projeto foi tocado não pensa que existia qualquer outra alternativa a ele, o que é falso.

Estamos dispostos a utilizar todas as ferramentas democráticas disponíveis para que essa votação seja desconsiderada.

Estamos dispostos a utilizar todas as ferramentas democráticas disponíveis para que essa votação seja desconsiderada.

DECISÃO SOBRE A PRAIA VERMELHA FOI LEGÍTIMA, DIZEM 51 CONSELHEIROS

Cinquenta e um integrantes do Conselho Universitário divulgaram uma carta em que reafirmam a autonomia e representatividade do colegiado máximo da UFRJ. O documento havia sido assinado, inicialmente, por 46 conselheiros no dia 21, mas alguns suplentes quiseram se somar ao movimento nos últimos dias.

Um dos articuladores do documento é o professor Ricardo Medronho, representante dos eméritos e diretor da AdUFRJ. O docente explica que era necessário sair em defesa do Consuni, diante dos ataques de parte da comunidade acadêmica que não aceitou a decisão favorável à construção do novo espaço cultural da Praia

Vermelha na sessão do dia 17.

“A universidade tem suas instâncias deliberativas institucionais. O Conselho Universitário é o órgão máximo da UFRJ. Está acima, inclusive, da reitoria. A reitoria deve sempre acatar o que o Consuni decidir”, diz. “Nossa ideia foi enfatizar que o colegiado é uma instância democrática. Todos estão lá porque foram eleitos”, afirma o professor. “Representamos nossos pares. Não podemos aceitar que digam que o Consuni não é legítimo para decidir sobre o futuro da universidade”.

Veja a íntegra da carta abaixo.

CARTA DOS CONSELHEIROS DO CONSUNI/UFRJ ACERCA DA SESSÃO DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Os conselheiros abaixo assinados, membros do Conselho Universitário da UFRJ (CONSUNI), vêm a público reafirmar a total correção na condução da última sessão do colegiado máximo da UFRJ, durante o processo de aprovação do Projeto de Valorização do Patrimônio da UFRJ, que inclui a licitação da concessão do Equipamento Cultural Multiuso (ECM).

O CONSUNI é o órgão deliberativo máximo da UFRJ e é composto por membros da Reitoria eleita, dos Decanos dos Centros Universitários eleitos, dos representantes eleitos por categoria

docente dos diferentes Centros, dos representantes dos servidores técnico-administrativos, dos representantes dos estudantes e do representante dos ex-alunos. Todos os membros são escolhidos por processos democráticos e legítimos, tendo, portanto, direito a voz e voto.

Desde 2018, esse projeto vem sendo debatido nas instâncias acadêmicas da UFRJ. A partir da aprovação da concessão do ECM por unanimidade pelo Conselho de Curadores, realizada em outubro de 2022, o assunto foi levado à deliberação no CONSUNI, nas sessões dos dias 03/11/22, 10/11/22 e 17/11/22. Após leitura do parecer favorável pela Comissão de Desenvolvimento, houve pedidos de vista e as leituras das mesmas ocorreram

dentro dos prazos regimentais. Na última sessão, realizada em 17/11/2022, o parecer da Comissão de desenvolvimento foi colocado em votação e aprovado pela ampla maioria dos conselheiros presentes. A democracia acadêmica foi respeitada e a votação seguiu todos os ritos previstos no regimento do Conselho Universitário.

Em 21 de novembro de 2022

Alexandre Brasil Fonseca
(Pró-Reitor de Pessoal)

André Esteves da Silva
(Pró-Reitor de Gestão e Governança)

Antonio Luis Licha
(Representante suplente do decano do CCJE)

Antonio Solé-Cava
(Representante suplente dos professores titulares do CCS)

Arlene Gaspar
(Representante suplente dos professores do CM UFRJ-Macaé)

Bernardo Dias Ribeiro
(Representante dos professores adjuntos do CT)

Carlos Alberto da Silva Riehl
(Representante dos professores associados do CCMN)

Carlos Eduardo Lopes da Silva
(Representante suplente do decano de Macaé)

Carlos Frederico Leão Rocha
(Vice-Reitor)

Carlos Navarro Fontanillas
(Representante suplente dos professores adjuntos do CCJE)

Carolina Maria do Carmo Alonso
(Representante suplente dos professores adjuntos do CCS)

Cássia Curan Turci
(Decana do CCMN)

Claudio Lenz Cesar
(Representante suplente dos professores titulares do CCMN)

Clynton Lourenço Correa
(Representante dos professores associados do CCS)

Cristina Grafanassi Tranjan
(Decana do CLA)

Debora Foguel
(Representante dos professores titulares do CCS)

Denise Maria Guimarães Freire
(Pró-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa)

Eduardo Mach Queiroz
(Professores titulares do CT)

Eduardo Linhares Qualharini
(Representante dos antigos alunos)

Eduardo Raupp de Vargas
(Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças)

Fábio de Souza Lessa
(Representante suplente dos professores titulares do CFCH)

Fernando Alves Rochinha
(Representante dos professores titulares do CT)

Fernando Pereira Duda
(Representante suplente dos professores titulares do CT)

Gisele Viana Pires
(Pró-Reitora de Graduação)

Helios Malebranche Olbrisch Freres Fº
(Representante dos professores associados do CCJE)

Henrique Boschi
(Representante dos professores titulares do CCMN)

Irnak Marcelo Barbosa
(Decano do CM UFRJ-Macaé)

Ismar de Souza Carvalho
(Representante suplente dos professores do FCC)

Ivana Bentes Oliveira
(Pró-Reitora de Extensão)

Josefino Cabral Melo Lima
(Representante suplente da decana do CCMN)

Juliany Cola F. Rodrigues
(Representante dos professores do Campus Duque de Caxias)

Karla da Rocha Rodrigues Simas
(Representante suplente do Pro-reitor de Pessoal)

Leonardo Paes Cinelli
(Representante suplente dos professores do CM UFRJ-Macaé)

Libânia Nacif Xavier
(Representante dos professores titulares do CFCH)

Lucio Mendes Cabral
(Representante suplente dos professores titulares do CCS)

Luiz Eurico Nasciutti
(Decano do CCS)

Marcelo de Pádua
(Representante suplente da Pró-Reitora de Graduação)

Marcelo Einicker Lamas
(Representante suplente dos professores associados do CCS)

Marcelo Jacques de Moraes
(Representante dos professores do FCC)

Maria das Graças dos Reis José
(Representante dos professores Adjuntos do CLA)

Pedro Moreno Pimentel Coelho
(Representante dos professores Adjuntos do CCS)

Ricardo de Andrade

Medronho
(Representante dos professores eméritos da UFRJ)

Roberto Vieira
(Pró-Reitor de Políticas Estudantis)

Roberto de Andrade Medronho
(Representante dos professores titulares do CCS)

Rodrigo de Oliveira Leite
(Representante dos professores adjuntos do CCJE)

Rodrigo Figueiredo da Gama
(Representante Suplente do Pró-Reitor de Gestão e Governança)

Russolina Benedeta Zingali
(Representante suplente do Decano do CCS)

Samuel Mello Araújo
(Representante dos professores titulares do CLA)

Silas Pessini Rodrigues
(Representante suplente dos professores do Campus Duque de Caxias)

Walcy Santos
(Representante dos professores titulares do CCMN)

Walter Issamu Suemitsu
(Decano do CT)

POLÍCIA PRENDE PROFESSOR CEDIDO AO GOVERNO BOLSONARO

Uma operação conjunta entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal prendeu, na manhã do dia 23, o professor Luis Antonio Verdini de Carvalho, Docente da Escola de Educação Física e Desportos, ele estava licenciado para atuar no Ministério da Cidadania do governo Bolsonaro desde o ano passado.

Ele é acusado de integrar um esquema de venda ilegal de cigarros e lavagem de dinheiro.

Verdini é um dos donos do Clube Atlético Barra da Tijuca, organização que utiliza o campo de futebol da Praia Vermelha para treinar suas categorias de base, em parceria com um projeto de extensão da Educação

Física. A situação foi denunciada na última edição do **Jornal da AdUFRJ**.

Seu sócio no clube de futebol, Adilson Oliveira Coutinho Filho, conhecido como Adilzinho, também está com mandato de prisão ativo, não foi encontrado pela polícia e é considerado fofagado. A operação procurava,

ainda, o filho do ex-governador Sérgio Cabral, José Eduardo Cabral, que se entregou no dia 25. Ao todo foram emitidos 27 mandados de prisão, 15 deles contra policiais militares, dois contra bombeiros e um contra um agente federal.

A operação, batizada de Smoke Free, busca desarticular o grupo criminoso que atua no comércio ilegal de cigarros. De acordo com as investigações, o grupo falsificava ou não emitia notas fiscais e comercializava cigarros contrabandeados em territórios dominados pelo trá-

fico e pela milícia. Além disso, o grupo atuava com lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Além das prisões, o despacho da 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro determina o bloqueio e apreensão de bens avaliados em R\$ 300 milhões. As penas dos envolvidos, se condenados, podem chegar a 66 anos de prisão. A PF e o MPF atuam em cooperação com a Agência de Investigações de Segurança Interna dos Estados Unidos, país para onde Adilzinho teria fugido há dez dias, segundo as investigações. **(Silvana Sá)**

A dois passos de um novo teatro no velho Canecão

ESTELA MAGALHÃES
comunica@adufrj.org.br

Das ruínas do antigo Canecão, começa a nascer um novo espaço cultural que promete trazer shows e apresentações teatrais de volta à Praia Vermelha. O **Jornal da AdUFRJ** levou essa notícia para o mundo da MPB, do samba e do teatro, e voltou com saudosas declarações sobre a casa de shows, bem como grandes expectativas para o futuro do novo projeto. “O Canecão é um divisor de águas na história da música pop brasileira”, diz



Evandro Mesquita, compositor, ator e vocalista da banda Blitz. “Espero que o novo espaço tenha a mesma energia, animação e bom humor da antiga casa de shows”, completa.

Em 2006, a Blitz gravou seu primeiro DVD “Ao vivo e a cores” no Canecão, comemorando 25 anos de carreira. A letra de “A dois passos do paraíso”, gravada na ocasião, traduz o sentimento de ver um espaço tão querido florescer novamente. “O rádio toca uma canção/ que me faz lembrar você/ Eu fico louco de emoção/ e já não sei o que vou fazer”.

O diretor teatral Moacir Chaves lembra da importância cultural do Canecão para a música brasileira e destaca a urgência da abertura de espaços para o teatro na cidade. “Esse novo teatro na UFRJ é importantíssimo. Os teatros no Rio basicamente vão fechando, a gente só vai perdendo espaços cada vez mais”, diz.

Para a atriz Gisele Fróes, é preciso cuidar para que o espaço não seja elitista. “Já que é da UFRJ, que seja acessível para a população!”, exige.

Para honrar a memória do antigo Canecão, a nova casa de shows e teatro precisa guardar um lugar para receber o samba. É o que pede Noca da Portela, sambista e doutor Honoris Causa da UFRJ. “Muita coisa linda aconteceu no Canecão. Só peço que o samba de raiz tenha um lugarzinho nesse novo espaço”, recomenda. “Pode até colocar outro nome que as pessoas vão dizer que estão entrando no Canecão, aquele palco é nobre!”, lembra o sambista Jorginho do Império. **(colaborou Igor Vieira)**



NOCA DA PORTELA
SAMBISTA E DOUTOR HONORIS CAUSA DA UFRJ

Tenho grandes memórias no Canecão e estou morrendo de saudades! Já fiz vários shows, assisti apresentações, fiz comícios na época das Diretas Já. Minha maior dor é ver o Canecão abandonado, fico numa tristeza imensa. Muita coisa linda aconteceu naquele local e reviver esse momento agora aos 90 anos pra mim vai ser um presentão! O Canecão é uma necessidade para a nossa cultura e educação, porque a cultura também educa. Só peço uma coisa para quem assumir o espaço: dê um lugarzinho para o samba de raiz, para que eu possa levar meus grandes amigos, já que o Rio é a capital do samba.



EVANDRO MESQUITA
COMPOSITOR, ATOR E VOCALISTA DA BANDA BLITZ

O Canecão é um divisor de águas na história da música pop brasileira. Insisti muito para que a Blitz fizesse um show lá, e quando fizemos foi lotação total! Colocamos carros no palco, tinha dublê, atletas, a gente se divertiu muito. As filas iam até o late Clube. Fizemos shows memoráveis naquele espaço de ouro, que é um verdadeiro ponto de resistência cultural do Rio de Janeiro. Assim como temos o Cristo, o Maracanã e o Pão de Açúcar, tínhamos o Canecão, por isso é tão triste vê-lo em ruínas. Espero que o novo espaço tenha a mesma energia, animação e bom humor da antiga casa de shows. Meu desejo é fazer uma grande Blitz comemorando tudo que já fizemos lá, todos os shows, toda essa história.



TIM RESCALA
HUMORISTA, COMPOSITOR E DIRETOR TEATRAL

Esse novo espaço vem atender a uma necessidade muito profunda e urgente. Ele representa o resgate de um espaço que faz muita falta, porque estamos praticamente sem teatros no Rio, não tem agenda para programação. Existe uma simbologia muito grande ao redor do Canecão, principalmente no momento que a gente vive, e esse projeto mostra que as coisas podem mudar a partir de agora. A UFRJ tem demonstrado que o espaço está sendo feito por gente que entende do assunto, principalmente valorizando o fato de o novo teatro ser multiuso e de que ele poderá receber espetáculos de gêneros distintos.



MARTINHO DA VILA
SAMBISTA E COMPOSITOR

Eu fiz alguns shows lá no Canecão, como o primeiro show de samba com o “Batuque na Cozinha”. Tenho boas lembranças, ele era considerado o templo do samba, o templo da música, o templo da MPB. Cantar lá era uma honra, grandes estrelas passaram por lá. James Brown já fez um show lá! É uma tristeza quando eu passo pelo Canecão em ruínas, é um absurdo ele ter fechado, mas isso aí é um problema que temos no Brasil. O Rio de Janeiro tem alguns bons espaços culturais, o Circo Voador, a sala Cecília Meireles, o Teatro Municipal, tem muitos lances, a Lapa está cheia, mas o Canecão faz muita falta, precisa ser recuperado e reinaugurado.



MOACIR CHAVES
DIRETOR TEATRAL

Todo mundo sabe que o Canecão é icônico para a música brasileira. Se, além disso, ele vier a servir de uma forma mais efetiva para o teatro, como propõe esse projeto, vai ser maravilhoso. Os teatros no Rio basicamente vão fechando, a gente só vai perdendo espaços, ocupando lugares menores e com menos capacidade técnica. Essa era a cidade do teatro, a Praça Tiradentes era a “teatrolândia”, o centro também era cheio, e a gente tem sistematicamente perdido isso. Esse novo teatro na UFRJ é importantíssimo e ele precisa ser acessível por toda a população. Não pode ser um lugar de elite, não adianta ter um espaço público com ingressos caríssimos e não pode ser apenas um empreendimento comercial.



MILTINHO MPB4
COMPOSITOR E VOCALISTA DO MPB4

O MPB4 já está com 57 anos, já perdemos dois membros da nossa formação original e o Canecão faz parte da nossa história. Já nos apresentamos com Chico Buarque, com o Quarteto em Cy, várias vezes sozinhos. Lá era a casa da música brasileira, qualquer show que tivesse a estreia era ali. Essa iniciativa da criação de um novo espaço cultural naquela região é louvável, especialmente depois desses quatro anos de total descaso com a cultura brasileira. Quanto antes houver a inauguração do espaço melhor, e o MPB4 adoraria estar presente nesse lançamento, revivendo a memória do antigo Canecão.



GISELE FRÓES
ATRIZ

Eu tenho muitas memórias de frequentar o Canecão, vários shows e bailes. Eu morava ali do lado na Urca, e o meu ponto de ônibus era logo em frente à casa de shows, então era meu ponto de referência. Sinto uma tristeza impressionante ao ver o espaço em ruínas, mas esse sentimento vem misturado agora com a alegria de saber que foi aprovado um projeto para fazer um espaço cultural naquele lugar. Isso é tudo que a cidade está precisando, a reabertura daquele lugar maravilhoso dentro da universidade. Só espero que o espaço não seja elitista e, já que é da UFRJ, que seja acessível para a população.



JORGINHO DO IMPÉRIO
SAMBISTA E COMPOSITOR

Já toquei várias vezes no Canecão como músico do Martinho da Vila, e parece que de repente apagaram-se as luzes. É triste ver um patrimônio como esse deteriorado assim. Esse projeto do novo espaço cultural é muito importante, muitos artistas que estão fazendo sucesso hoje não tiveram a oportunidade de tocar lá. Pode até colocar outro nome que as pessoas vão dizer que estão entrando no Canecão, aquele palco é nobre! Já acompanhei vários artistas ali, era um lugar que eu ia para acompanhar shows dos amigos, e seria uma honra voltar agora como Jorginho do Império.